

ALADI/CR/Ata 763
7 de março de 2001

ATA DA 763ª SESSÃO DO
COMITÊ DE REPRESENTANTES

Ordem do dia

1. Aprovação da Ordem do Dia.
 2. Assuntos em pauta.
 3. Consideração da ata correspondente à 761a. sessão.
 4. Implementação da Resolução 54 (XI) do Conselho de Ministros.
 - Definição dos termos de referência para as Reuniões de Consulta e de Avaliação (Temas 2 a 6).
 5. Aperfeiçoamento do funcionamento e adoção de decisões no Comitê de Representantes.
 - Proposta da Delegação do Brasil; e
 - Designação do Presidente da Comissão de Orçamento e dos coordenadores dos grupos de trabalho.
 6. Assuntos diversos.
-

Preside:

CARLOS HIGUERAS RAMOS

Assistem: Carlos Onis Vigil, Jorge Alberto Ruiz, Gustavo Vivacqua e Rubén Javier Ruffi (Argentina), Willy Vargas Vacafior e María Elena García de Baccino (Bolívia), José Artur Denot Medeiros, Afonso José Sena Cardoso, Eduardo Paes Sabóia, João Mendes Pereira e Otávio Brandelli (Brasil), Héctor Casanueva Ojeda, Alfonso Silva Navarro, Flavio Tarsetti Quezada, Axel Cabrera e María Antonieta Jara (Chile), Arturo Sarabia Better e Guillermo Serna Meléndez (Colômbia), Miguel Martínez (Cuba), Juan Carlos Faidutti Estrada, Julio Prado Espinosa e Carlos Santos Repetto (Equador), José Luis Solís González, Julio Lampell Adler, Arturo Juárez Juárez e Juan Antonio Nevárez (México), José María Casal, Ruben Ramírez Lezcano e Gloria Irma Amarilla Acosta (Paraguai), Carlos Higuera Ramos, Carlos Vallejo Martell e Ricardo B. Romero Magni (Peru), José Roberto Muinelu (Uruguai), Rodrigo Arcaya Smith, Carlos Longa González e Magdalena Simone (Venezuela) e Arnaldo Chibbaro (IICA).

Secretário-Geral: Juan Francisco Rojas Penso.

Secretário-Geral Adjunto: Gustavo Adolfo Moreno.

PRESIDENTE. Bom dia, Senhores Representantes. Está aberta a 763a. sessão do Comitê de Representantes.

1. Aprovação da Ordem do Dia.

PRESIDENTE. Submete-se a consideração a agenda desta sessão. A Presidência recebeu várias sugestões sobre o projeto desta agenda. Antes, de aprová-la, desejaria submeter à consideração dos senhores o seguinte: deixar os pontos 1, 2 e 3 como constam do projeto, deixar o ponto 4 como número, mas para tratar o tema “Consideração do documento de base 428 para a elaboração de um estudo sobre a evolução do processo de integração e medidas para fortalecer o papel da ALADI”. Desejo lembrar que este era um compromisso que tínhamos, no sentido de começar hoje a conversar sobre este documento. E os pontos 5 e 6 ficam como estão.

Na realidade, caso algumas Representações não estiverem preparadas para a consideração deste documento de base, não haveria problema em poderia continuar sua consideração em próximas sessões. Conseqüentemente, após o tratamento desta agenda, passaríamos a tratar, em Chefes de Representação, o conteúdo do ponto 4 atual, que compreende os termos de referência das reuniões de consulta e de avaliação, a partir do ponto 2, bem como a proposta relacionada com os expositores que seriam convidados para as mencionadas reuniões, que lhes será apresentada pela Mesa.

Para facilitar este trabalho, cuja concretização foi muito complexa, a Mesa apresentará aos senhores uma pré-seleção de nomes para cada uma das cinco reuniões aprovadas, além da primeira, que já foi aprovada, sobre a participação do Embaixador Gustavo Magariños. Isso é tudo.

Submete-se à consideração dos senhores a ordem do dia da 763a. sessão do Comitê de Representantes, tal como foi proposta. Tem a palavra o Representante da Argentina.

Representação da ARGENTINA (Carlos Onis Vigil). Obrigado, Presidente. Para fazer uma pergunta sobre o último ponto 5: "Designação do Presidente da Comissão de Orçamento e dos Coordenadores...". Esse ponto será tratado em reunião de Chefes ou em sessão ordinária?

PRESIDENTE. Proponho que seja tratado no Comitê. Reitero que os pontos 5 e 6 atuais ficariam como estão. O que vai ser mudado é o conteúdo do ponto 4, com a novidade de tratar o documento de base e deixar o tema da Resolução 54 (XI) para Chefes de Representação. Ficou claro? Tem a palavra o Representante do México.

Representação do MÉXICO (Arturo Juárez Juárez). Muito obrigado, Presidente. Em princípio estamos de acordo com a agenda apresentada, mas temos uma observação em relação a incluir a análise ou discussão do documento 428. Realmente tínhamos entendido que esse documento seria discutido em uma reunião de Chefes de Representação, porque consideramos que merece uma discussão aberta, de forma mais informal. Por conseguinte, proporíamos que este documento fosse tratado no Comitê e discutido em sua próxima reunião. Muito obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Senhor Representante. Acontece que tinha deixado de lado este ponto porque algumas Representações me tinham manifestado seu interesse de participar na consideração deste ponto no Comitê. Por isso propus tratar este tema em futuras reuniões, no Comitê ou em Chefes de Representação, como os senhores decidirem, porque algumas Representações ainda não estão preparadas. Tem a palavra o México.

Representação do MÉXICO (Arturo Juárez Juárez). Muito obrigado. Se alguma Representação deseja fazer comentários sobre o documento, não temos inconveniente algum. A verdade é que gostaríamos de que fosse proposta ou programada uma reunião de chefes, para analisar, especificamente, este documento de base. Muito obrigado.

PRESIDENTE. Pois não. Acredito que não há oposição a esta proposta. Então, deixamos o ponto 4, com a consideração do documento, e as Representações que desejem falar, preliminarmente, sobre o documento que receberam há 15 ou 20 dias, podem fazê-lo, porque vale a pena dizer algo a esse respeito para avaliar o trabalho da Secretaria-Geral e sobre o qual devemos opinar e, logicamente, mudar seu conteúdo, porque é um documento de estrita responsabilidade da Secretaria-Geral. Tem a palavra o Representante do Chile.

Representação do CHILE (Héctor Casanueva Ojeda). Obrigado, Presidente. Sugeriria manter a ordem do dia tal como está, e que o documento da Secretaria-Geral fosse considerado em uma reunião de Chefes de Representação, como foi registrado na ata que nos apresentaram, onde diz claramente "A idéia é discutir, estritamente, este documento, como foi proposto, em reunião de Chefes de

Representação, depois do carnaval. Creio que seria oportuno considerá-lo em 5 ou 6 de março, ou em 7, previamente ao Comitê de Representantes...". Enfim, essa é uma consideração que fizemos as Representações aqui e que ficou registrada em atas. Então, o mais conveniente seria, talvez, tratar esta agenda, que é bastante nutrida, discutir os restantes termos de referência, etc., e programar uma sessão especial de Chefes de Representação para considerar o documento da Secretaria-Geral. Esse seria nosso apoio à proposta do México.

PRESIDENTE. O México matizou sua proposta, dizendo que fique na ordem do dia e que sejam feitas reuniões posteriores especiais sobre o documento. Senhor Representante, com toda cordialidade, não creio que seja correto que nesta sessão ninguém manifeste seu parecer, depois de que o Senhor Secretário-Geral participou da anterior sessão do Comitê de Representantes, expondo-nos o documento.

Então, como Presidente, insisto em que algo devemos dizer a respeito deste documento, porque seria uma falta de cortesia, que considero que não devemos fazer com a Secretaria-Geral, que trabalhou tão ativamente e apresentou oportunamente este documento. Passaram 20 dias e nenhuma Representação diz nada, nem sequer faz uma crítica, e seria bom fazê-la. Então, permitir-me-ia insistir, porque sua proposta é deixar a agenda como está, pelo qual trataríamos a Resolução 54 (XI) nesta sessão do Comitê e não em Chefes de Representação como propus. Tem a palavra o Representante do Chile.

Representação do CHILE (Héctor Casanueva Ojeda). Presidente, creio que para não misturar as coisas devemos ir ao substantivo. Um documento tão importante como o apresentado pela Secretaria-Geral deve ser analisado com suficiente tranquilidade. Hoje temos uma agenda nutrida e as Representações tínhamos entendido que íamos ter uma sessão especial para analisar este documento. Entendo seu ponto de vista. Se não tratamos o documento em uma sessão de Chefes de Representação, pode ser tratado em uma sessão de Comitê ou em uma de Chefes de Representação a continuação de uma do Comitê para reiterar aqueles conceitos que consideremos importante que fiquem registrados. Enfim, creio que deveríamos dedicar uma sessão, como se falou, para a consideração deste documento.

No que diz respeito à ordem do dia de hoje, não tenho nenhum inconveniente, Senhor Presidente, em que o ponto 4, sobre definição de termos de referência, seja tratado em Chefes de Representação. Estamos preparados para discutir o documento, mas entendíamos que íamos discuti-lo em uma sessão especial e temos a análise feita, mas não sei se, pelo fato de não estar registrado na ordem do dia que nos enviaram, todas as Representações estamos na mesma situação.

PRESIDENTE. Senhores, o Presidente está em suas mãos. Não vou tomar nenhuma decisão. Somente estava fazendo uma recomendação que se depreende da ata, do resumo que fiz, na qual mencionamos que no dia 7 íamos tratar o documento de base. Não me lembro de que se tenha falado em uma sessão extraordinária. Não está registrado na minha memória. Lamentavelmente não tenho neste momento a ata, mas lembro que foi no dia 7, por proposta da Representação do Chile, que ia ser tratado o documento de base. Falou-se em 7 de março para começar a conversar sobre o documento.

De acordo com sua proposta, não trataríamos hoje o documento de base. Não creio que haja problemas, mas considero que algumas Representações queriam intervir. Mas se não desejam insistir sobre isso, não colocamos o ponto 4 e

terminamos com o problema. Então, não trataremos hoje o documento de base, e ficará para outra sessão.

Preocupa-me muito, senhores, como Representante Permanente, isto de reunir os Chefes de Representação para tratar temas sobre os quais as posições dos países deveriam ficar registradas em atas. Minha Chancelaria já me fez observações sobre as poucas posições de países que ficam registradas em atas do Comitê de Representantes, a diferença de anos anteriores, em que as atas tinham 28, 18, 15, 14 páginas porque nelas constavam todas as posições dos países. Então, agora estamos um pouco escondidos, tratando de dizer as coisas, às vezes, de forma muito clara, como deve ser, mas isso não fica registrado em nenhuma ata. Acredito que o documento de base deve merecer uma sessão especial, mas do Comitê de Representantes. Estou falando isto como Representante Permanente, para que constem em atas todas as posições dos países frente a um documento tão importante, que nos servirá de guia nos trabalhos futuros. Considero que isto é prioritário porque as reuniões de Chefes de Representação são para tratar os temas conflitivos, que podem originar discussões entre as Representações que, às vezes, é melhor não deixar registradas em atas. Estou de acordo, mas vamos submeter um documento de guia, de base, a Chefes de Representação para manifestar nossa posição, que esta não fique registrada para saber como pensou cada Representação sobre o futuro da ALADI? Senhores, considero que devemos fazer uma reflexão sobre isso e mudar um pouco de posição com relação à reunião de Chefes de Representação. Para isto está a proposta que vai apresentar o Senhor Representante do Brasil. Queremos determinar muito bem que temas são tratados em Chefes de Representação e não todos os temas que estão na agenda. Obrigado. Reitero que não falei como Presidente, mas como Chefe de Missão Permanente. Tem a palavra o Representante da Venezuela.

Representação da VENEZUELA (Rodrigo Arcaya Smith). Obrigado, Presidente. Apoiamos a Representação do Peru, no sentido de que consideramos que o Comitê de Representantes deve tratar todos os temas, e a reunião de Chefes de Representação deve reservar-se para os temas mais conflitivos, que não podemos analisar antes. Se estamos analisando um tema e este se complica, será necessário abrir uma discussão, porque essa é a idéia da não gravação, de abri-la para que seja mais sincera. Nesse momento faríamos a convocação de chefes, mas considero que deveríamos começar novamente a tratar todos os temas no Comitê de Representantes. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Senhor Representante. Enfim, não houve nenhuma oposição a que o tema não seja tratado hoje. Por conseguinte, a Presidência diz o que deve dizer, no sentido de que hoje não será tratado o tema. A Representação do Chile tinha proposto que fosse tratado hoje. Mas, estou às ordens dos senhores para decidir sobre este ponto. Portanto, eliminamos definitivamente o ponto 4 e transferimos a ordem de todos os pontos a fim de que fiquem aprovados na agenda. Submete-se à consideração dos senhores a agenda, com essa modificação. Tem a palavra o Representante do Chile.

Representação do CHILE (Héctor Casanueva Ojeda). Presidente, para que fique claro, considero que aqui estamos tomando uma decisão de tratar o documento da Secretaria-Geral em uma próxima sessão do Comitê de Representantes. Então, não nos opomos ao tratamento do documento. Pelo contrário, acredito que tem tanta importância que por isso mesmo deve ser tratado em uma sessão especial. Nós entendíamos que a sessão especial era hoje, dia 7.

PRESIDENTE. Sim, senhor, mas ainda há alguns temas importantes que devemos resolver. É por isso que não foi feita a reunião especial. Colocamos na agenda estes pontos como parte da discussão. Por conseguinte, se não há oposição, fica APROVADA a agenda como está. Obrigado.

2. Assuntos em pauta.

PRESIDENTE. O Senhor Secretário-Geral apresentará os assuntos em pauta.

1. Delegação Permanente do Brasil. Nota Nº 034, de 5/III/2001.

Comunica a vigência dos Trigesimo e Trigesimo Segundo Protocolos Adicionais ao Acordo de Complementação Econômica Nº 2, assinado entre o Brasil e o Uruguai.

A nota será publicada como documento ALADI/CR/di

2. Representação Permanente de Cuba. Nota Nº 12/01, de 22/II/2001.

O Ministro de Turismo da República de Cuba, como Presidente do Conselho de Turismo da ALADI, comunica que recebeu uma carta da Ministra de Turismo do Equador, ratificando o interesse de seu país por celebrar a Reunião de Peritos em Estatísticas de Turismo e propondo como novas datas 30 e 31 de maio.

3. Representação Permanente de Cuba: Nota Nº 13/01, de 27/II/2001.

Comunica a vigência do Acordo de Complementação Econômica Nº 51, assinado entre Cuba e o México.

A nota foi publicada como documento ALADI/CR/di 1217.

4. Representação Permanente do México. Nota Nº 071/01, de 15/II/2001.

Comunica a vigência do Acordo de Complementação Nº 51, assinado entre o México e Cuba.

A nota foi publicada como documento ALADI/CR/DI 1212.

5. Representação Permanente do Paraguai. Nota Nº RP/ALADI/4/030/01, de 20/II/2001.

Envia, em anexo, os decretos promulgados em 6/II/2001, pelos quais se estabelecem as prorrogações dos Acordos de Alcance Parcial Nos. 18, 20, 21 e 38 e do Acordo de Complementação Econômica Nº 30.

A nota foi publicada como documento ALADI/CR/di 1213.

6. Contribuições para o orçamento da Associação.

Representação Permanente da Colômbia. 23/II/2001.

Transferência bancária pela quantia de US\$ 15.000 correspondente a uma entrega como parte dos custos financeiros do ano 2000 e US\$ 35.447, como parte da contribuição de 2001.

Representação Permanente de Cuba. Nota 11/01, de 20/II/2001.

Contribuição pela quantia de US\$ 93.333,33 correspondente ao pagamento da contribuição do segundo ano de sua incorporação.

7. Estado de execução orçamentária de janeiro-dezembro de 2000 (ALADI/SEC/di 1463).
8. Relatório sobre a situação financeira da Associação Latino-Americana de Integração até 31/XII/2000 (ALADI/SEC/di 1464).
9. Relatório sobre a situação orçamentária e financeira da Associação até 31/XII/2000 (ALADI/SEC/di 1465).
10. Relatório sobre a situação orçamentária dos subitens indicados no Artigo 4, letra a), das Normas da Resolução 250 do Comitê de Representantes (ALADI/SEC/di 1466).
11. Relatório sobre os trabalhos de restauração do edifício sede (ALADI/SEC/di 1469).
12. Integração do Fundo de Capital de Trabalho criado pela Resolução 93 do Comitê de Representantes (ALADI/SEC/di 1470).

SECRETÁRIO-GERAL. Muito obrigado, Presidente. Os assuntos em pauta constam do documento que faz parte da ata da presente sessão, e cabe salientar, em primeiro lugar, a nota da Representação de Cuba, mediante a qual comunica que o Senhor Ministro de Turismo de seu país, como Presidente do Conselho de Turismo da Associação, informa que recebeu uma carta da Senhora Ministra de Turismo do Equador, ratificando o interesse de seu país por realizar a reunião de Peritos em Estatística de Turismo, propondo os dias de 30 e 31 de maio para essa reunião. Entendemos que o Ministro de Turismo de Cuba enviou essa comunicação a todas as demais autoridades de turismo dos países-membros da Associação. A Secretaria está levando ao conhecimento das Representações Permanentes essa comunicação, a fim de concretizar esta reunião para os dias 30 e 31 de maio, na cidade de Guayaquil, Equador.

Senhor Presidente, cabe destacar também, em primeiro lugar, que recebemos do Governo da República de Cuba a quantia de US\$ 93.333,33, correspondente ao pagamento da contribuição do segundo ano de sua incorporação como membro da Associação. Recebemos, igualmente, as quantias de US\$ 15.000, por um lado, e de US\$ 35.447 por outro, do Governo da República da Colômbia, correspondentes a uma parte dos custos financeiros do ano 2000 e como parte de sua contribuição para o ano 2001. Agradecemos, Senhor Presidente, os Governos de Cuba e da Colômbia, através de suas respectivas Representações, pelas contribuições para o orçamento da Associação.

Outrossim, Senhor Presidente, interessa destacar que distribuimos o documento sobre o "Estado de orçamento correspondente ao período janeiro-dezembro de

2000”, bem como outros relatórios sobre a situação financeira e orçamentária da Associação. Estes documentos serão considerados oportunamente pela Comissão de Orçamento.

Após a publicação dos assuntos em pauta, a Secretaria-Geral distribuiu o documento “Avaliação do Programa de Atividades da Associação, correspondente ao ano 2000”, ALADI/SEC/di 1475, de 28 de fevereiro. Temos a intenção, Senhor Presidente, de que este documento seja incorporado à agenda da próxima reunião do Comitê, para fazer a apresentação correspondente e escutar as considerações dos países-membros.

Finalmente, Senhor Presidente, a Secretaria-Geral recebeu a doação de uma obra pictórica do Governo do Peru, através de sua Representação, da qual, precisamente, Vossa Excelência é Chefe de Missão. Trata-se de uma serigrafia denominada “La habitación número 23”, do artista peruano Fernando de Szyszlo. Após esta sessão será entregue, formalmente. A Secretaria agradece muito esta doação em nome da Associação. Esta obra fará parte da pinacoteca de nossa Organização, que estamos prestes a inaugurar formalmente nos próximos meses. Muito obrigado, Senhor Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado, Senhor Secretário-Geral, por suas informações. Tem a palavra o Representante de Cuba.

Representação de CUBA (Miguel Martínez). Obrigado, Senhor Presidente. Queria somente solicitar a meus colegas, Representantes Permanentes, sua colaboração direta sobre o tema da convocação da reunião de Peritos em Estatísticas de Turismo, decidida na última reunião do Conselho de Turismo da ALADI, realizada em Havana no ano passado. O Ministro de Turismo de Cuba, como Presidente do Conselho de Turismo, está fazendo contatos diretos com as respectivas autoridades nacionais de turismo de nossos países.

Segundo meu critério, as gestões de nossas Representações Permanentes poderiam colaborar para agilizar esses trâmites e levar a cabo a reunião que ficou em suspenso no mês de novembro, por razões que não procede discutir e analisar aqui. Cuba, como Presidente do Conselho de Turismo, e -estou certo- os Representantes Permanentes e a Secretaria-Geral da ALADI têm especial interesse nessa reunião para que o Conselho de Turismo da ALADI funcione. Muito obrigado, Senhor Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado, Senhor Representante, por seu muito positivo oferecimento.

3. Consideração da ata correspondente à 761a. sessão.

PRESIDENTE. Passamos ao seguinte ponto da agenda. Submete-se a consideração a ata correspondente à 761a. sessão do Comitê de Representantes. Tem a palavra o Representante do Paraguai.

Representação do PARAGUAI (José María Casal). Aprovamos esta ata, Senhor Presidente, mas desejamos fazer algumas correções de forma, que enviaremos à Secretaria.

PRESIDENTE. Com muito prazer, tomamos nota. Tem a palavra o Senhor Secretário-Geral .

SECRETÁRIO-GERAL. Obrigado, Senhor Presidente. Para informar que à ata da 761ª. já foram incorporadas algumas observações de forma, enviadas pela Representação do Peru e observações, também de forma, enviadas pelo Senhor Secretário-Geral ao setor correspondente. Muito obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Senhor Secretário-Geral. APROVA-SE a ata da 761a. sessão do Comitê de Representantes.

4. Aperfeiçoamento do funcionamento e adoção de decisões no Comitê de Representantes.

PRESIDENTE. Senhores, passamos ao seguinte ponto da agenda: Aperfeiçoamento do funcionamento e adoção de decisões no Comitê de Representantes.

- Proposta da Delegação Permanente do Brasil

PRESIDENTE. Há, na mesa, uma proposta da Delegação do Brasil, e creio que é o momento de que seja apresentada formalmente, como anexo ao documento Informal 611. Tem a palavra o Senhor Representante do Brasil.

Delegação do BRASIL (José Artur Denot Medeiros). Obrigado, Senhor Presidente, por esta oportunidade. Minha Delegação, como já disse em várias reuniões informais deste Comitê nas últimas semanas, considera que, em virtude do papel central que desempenha este Comitê de Representantes no manejo das atividades normais da Associação, o tema do aperfeiçoamento de seu funcionamento, isto é, do funcionamento do Comitê e de seu processo decisório, é essencial no contexto das iniciativas que o Comitê e o Conselho de Ministros estamos tomando para o fortalecimento do papel da ALADI, inclusive no contexto do estudo que com este objetivo a Resolução 54 (XI) do Conselho de Ministros encomendou a este Comitê desenvolver. Por essa razão, Senhor Presidente, nós acreditamos que este tema do funcionamento do Comitê, de seu processo decisório, é parte central e essencial do trabalho que o Comitê já está desenvolvendo em nível informal e formal para cumprir este mandato da Resolução 54 (XI).

Por isso, Presidente, distribuímos esta proposta, muito preliminar, para submetê-la à consideração do Comitê, no sentido de apresentar alguns pontos específicos sobre o tema geral do funcionamento do Comitê e do processo decisório. A razão, Senhor Presidente, é que é fundamental. Queremos que o Comitê reveja seus próprios métodos de trabalho, para que se torne mais eficaz no cumprimento de suas funções, como órgão político permanente da Associação.

Por conseguinte, Senhor Presidente, creio que não necessitaria muito, senão apresentar alguns desses pontos que distribuímos, mas no sentido, não de apresentar propostas específicas, mas de apresentar o que queremos que sejam pontos de discussão, pontos de reflexão que sim podemos retomar, seja

em sessão formal, seja em sessões informais do Comitê, cada qual, ponto por ponto.

Começamos, por exemplo, pelo tema dos grupos de trabalho, criados por decisão do Comitê. Aí haveria vários pontos específicos para considerar. Por exemplo, as funções desses grupos, exatamente, como órgãos subsidiários, temporários, provisórios, do Comitê. Como devem comunicar suas conclusões ao Comitê? De uma maneira formal, por exemplo, por intermédio de relatórios do coordenador do grupo de trabalho e de que forma. Outro tema, o quorum para as decisões do grupo de trabalho. Seria, talvez, melhor manter a prática atual de que essas decisões fossem tomadas por consenso. Mas, como registrar esse consenso? Como fazer disto uma decisão sobre a qual o Comitê tenha a certeza de que é uma decisão que realmente abrange a convergência de opiniões, o consenso de todos os países?

O segundo tema que circulamos tem a ver com a reunião de Chefes de Representação. A Delegação do Brasil considera que é uma prática essencial, comprovadamente muito benéfica para os trabalhos do Comitê, mas é necessário aperfeiçoá-la. Já vimos, no ano passado e em algumas outras ocasiões, que depois de alguns consensos obtidos em nível de Chefes de Representação, mesmo depois de negociações e discussões muito prolongadas, foram novamente abertas em nível de discussões formais do Comitê de Representantes ou de outros órgãos da Associação, inclusive no Conselho de Ministros. Isso não é uma prática que contribua para fortalecer a confiança mútua entre nossos países no trabalho da Associação. É algo que deveríamos discutir. Como consolidar esses consensos tomados em nível de Chefes de Representação? Uma das maneiras é, por exemplo, uma que Vossa Excelência já começou a tomar desde que assumiu a Presidência: transferir estes consensos obtidos em nível de Chefes, em nível informal, para as atas das reuniões formais do Comitê. Mas, é somente uma das maneiras possíveis. Talvez existam outras, de consolidar em um aide-mémoire, muito resumido, as decisões tomadas em nível de Chefes, por exemplo, e para isso necessitaríamos, talvez, um apoio mais efetivo da Secretaria, no sentido de assistir-nos em como fazer muito rapidamente esses aide-mémoire. É um tema, não estou fazendo propostas, Senhor Presidente. Exponho temas para discussão.

Outro tema é o processo decisório, ou seja, o tema do consenso e do quorum. Talvez seria bom discutir entre nós exatamente como chegar a esses consensos; tentar definir mais um pouco que é o que se considera consenso, porque sabemos que consenso não significa unanimidade; consenso é um denominador comum de mínimo, às vezes, de posições, uma ausência de oposição formal, mas creio que isto também merece uma discussão mais profunda, para conhecer exatamente o pensamento de cada um sobre esses temas fundamentais. Quorum também para tomar decisões, sobretudo em nível de grupos de trabalho. As Representações, às vezes, não podem comparecer a todos os grupos de trabalho, e é muito compreensível que não se sintam vinculadas a decisões que, mesmo uma maioria nove ou dez, toma. Como fazer para que todos saibamos isso? Por exemplo, circular listas de presenças. Pequenas sugestões, como essa, talvez aperfeiçoem nossos métodos de trabalho, mas, como disse, Senhor Presidente, são nada mais que propostas para reflexão.

Com relação ao tema da periodicidade das reuniões do Comitê, o Artigo 15 do Regulamento do Comitê determina que este se reunirá formalmente, pelo menos, duas vezes por mês. Isso está sendo feito, mas talvez valha a pena também realizar reuniões informais periódicas, mesmo que não haja um tema específico, mesmo que seja nada mais que para conversar sobre temas gerais, sobre algum fato que interesse dentro do desenvolvimento econômico, político ou comercial da América Latina. É um tema para discutir.

No que diz respeito à Mesa do Comitê, a Delegação do Brasil considera correto que a Mesa faça propostas para que sejam consideradas pelo Comitê. Acreditamos que é uma forma de agilizar o processo de tomada de decisões, mas talvez a Mesa possa ser assistida, quando trate temas específicos, ou poderia convidar os coordenadores ou presidentes dos grupos de trabalho para que dêem sugestões de como agilizar o tratamento dos temas sob a égide do grupo de trabalho. Isso facilitaria, sempre entendendo que tudo o que sai da Mesa é uma proposta para este plenário do Comitê.

Finalmente, consideramos que deveríamos revisar o papel da Secretaria-Geral, no sentido de como fazer com que a Secretaria nos assista melhor em nossos trabalhos, em nível de plenário, em nível de Chefes ou em nível de grupos de trabalho. Perguntemos à Secretaria se tem alguma sugestão para analisar a distribuição de papéis para os grupos de trabalho ou Chefes de Representação. Os relatórios das atividades do grupo de trabalho, de Chefes de Representação também são um tema para reflexão.

Em suma, Senhor Presidente, creio que estes temas que apresentamos são uma lista ilustrativa muito resumida, inicial e preliminar, de pontos específicos sobre os quais este Comitê deveria refletir. Espero que as outras Representações acrescentem outros pontos a esta lista. Por exemplo, ocorreu-me o tema da participação dos Observadores de nosso Comitê, de como envolvê-los também em nossos trabalhos, como fazer com que sua presença seja mais efetiva para eles e para nós.

Então, não são propostas; são preocupações de minha Delegação. Creio que o aperfeiçoamento do funcionamento e do processo decisório é um tema que poderíamos tratar em próximas sessões do Comitê e de Chefes de Representação, organizando esse debate de maneira racional, colocando alguns pontos e os que as outras Representações considerem necessário acrescentar. Creio que esta reflexão, que estamos pensando neste momento, encomendada pelo Conselho de Ministros para o aperfeiçoamento da ALADI, sobre o funcionamento dos trabalhos do Comitê, é elemento essencial e foi com esse espírito. Mas, apenas como contribuição, como proposta para reflexão, a Delegação do Brasil distribuiu o papel ao qual o Vossa Excelência se referiu. Agradeço a oportunidade de ter podido apresentá-lo. Muito obrigado, Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado, Embaixador Denot Medeiros. Realmente é um documento cuja formalização estava sendo muito esperada, para começar seu debate no momento que o Comitê considere oportuno. Nesse documento Vossa Excelência apresenta temas essenciais para que, realmente, este Comitê, a ALADI em si, a Secretaria-Geral, funcionem sem discordância e de forma muito mais coordenada, positiva e dinâmica. Creio que Vossa Excelência deixou na reunião, com a apresentação desse documento, um clima de preocupação positiva. Não é uma preocupação negativa, mas positiva, quanto a como

aperfeiçoar nossos trabalhos. Eu tinha adiantado algum de meus pensamentos quanto a Chefes de Representação. Como Representação, estes serão apresentados no momento adequado. Tem a palavra a Representação do Chile.

Representação do CHILE (Héctor Casanueva Ojeda). Obrigado, Presidente. Nossa Representação se sente muito satisfeita de que a Delegação do Brasil tenha dado lugar a este debate e nos tenha apresentado esta minuta para ordenar, precisamente, a discussão sobre o tema substantivo, para dar maior dinamismo, e agilidade aos trabalhos da ALADI, através de seus diferentes órgãos. Com muito prazer vamos considerar estes aspectos, vamos participar destas deliberações e desde já oferecemos a nosso colega Artur, à Mesa e à Secretaria toda nossa colaboração para ajudar a perfilar cada um dos pontos aqui indicados, que têm incidência gravitante nos trabalhos desta Associação. Portanto, apoiamos plenamente o Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado, Senhor Representante. Creio que Vossa Excelência reflete não o consenso, mas a unanimidade de tratar este documento com a seriedade que o caso requer. Acredito que o tema 6 faz parte, também, deste âmbito onde devemos discutir este tema com toda amplitude e, principalmente, com tecnicismo. Tem a palavra o Senhor Representante da Venezuela.

Representação da VENEZUELA (Rodrigo Arcaya Smith). Obrigado. Também apoio esta proposta. Mas, desejaria fazer uma observação de caráter geral. A orientação dada pelo Brasil é importante, mas considero que devemos buscar o momento para sua análise. Temos um seminário, um ponto de agenda, denominado "Funcionamento da ALADI e seu aperfeiçoamento". Muitas das decisões que devemos tomar aqui estarão vinculadas com esse tema. Então, não tenho nenhuma proposta concreta, mas creio que este tema deve estar ligado ao tema 6. Creio que este documento pode servir de base para nossas discussões quando falamos do tema 6. O que me parece inoportuno, que poderia ser oportuno, seria analisar o tema antes de tratar o tema 6. Deveríamos coordenar os dois, porque alguns pronunciamentos ou discussões que façamos sobre o funcionamento da ALADI podem ser contraditórios com o que aqui adotemos. Para mim não fica claro o assunto, mas creio que deve haver uma coordenação do tema 6 com este tema. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado. A Mesa toma nota de sua preocupação sobre a coordenação destes temas. Tem a palavra o Senhor, Representante do México.

Representação do MÉXICO (José Luis Solís González). Para apoiar a posição das Representações da Venezuela e do Chile no sentido de incluir no tema 6 esta discussão sobre o funcionamento do Comitê. Obrigado.

PRESIDENTE. A cronologia é muito importante, porque nenhum dos temas é mais importante do que os outros. Mas, como este ficou em sexto lugar e como será tratado na última reunião, então os senhores devem decidir se podemos começar uma discussão entre Representações Permanentes para depois realizar esta reunião de funcionamento da ALADI, da qual participará um expositor especial para isto, para completar-nos, complementar-nos ou contradizer-nos no que considere necessário. Depois decidiremos se estamos de acordo com ele ou não. A Presidência fica à disposição dos senhores. Não sei se podem dar à Mesa dois dias para apresentar-lhes uma proposta de como

estivemos fazendo a mecânica com base nas posições do Brasil, Venezuela, Chile e México. Acredito que é mais prático assim, porque desta maneira podemos apresentá-lo à Mesa na próxima semana. Vamos tratar este tema em consulta também com o Brasil, que foi o responsável deste início de discussão do documento apresentado hoje. Tem a palavra o Representante do Uruguai.

Representação do URUGUAI (José Roberto Muínelo). Obrigado, Presidente. Apoiamos as propostas da distinta Delegação do Brasil e também o manifestado pela Presidência quanto ao plano de ação.

PRESIDENTE. Se não há mais opiniões sobre o tema, deixamos o ponto como está, com essa conclusão preliminar. Obrigado.

- Designação do Presidente da Comissão de Orçamento e dos coordenadores dos grupos de trabalho.

PRESIDENTE. Devemos tratar este ponto da agenda, que é a designação do Presidente da Comissão de Orçamento e dos coordenadores dos grupos de trabalho para o ano 2001.

Os senhores têm em seu poder um documento informal, onde consta a lista de coordenadores dos grupos de trabalho para o ano 2001. Em primeiro lugar, desejaria tratar a designação do Presidente da Comissão de Orçamento que, como sabem, colocou em andamento a parte econômica e financeira da ALADI. A Presidência da Comissão, segundo o regulamento, correspondia ao Uruguai, não somente pela ordem alfabética, mas pela capacidade de seus Representantes. Desejaria dar a palavra ao Uruguai para saber se aceita esta designação. Tem a palavra o Representante do Uruguai.

Representação do URUGUAI (José Roberto Muínelo). Obrigado, Senhor Presidente. Por se tratar de uma comissão de alta relevância, e sendo que no próximo semestre nosso Embaixador desempenhará a Presidência do Comitê e, ao mesmo tempo, a Presidência do MERCOSUL, renunciaríamos nesta instância ao exercício da Presidência da Comissão de Orçamento e estaríamos dispostos a apoiar o país proposto pela maioria. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Senhor Representante. Temo que a maioria, por unanimidade, apoia a Venezuela para ocupar esse cargo, não apenas pela ordem alfabética, mas pela capacidade de seus integrantes. Tem a palavra o Representante da Venezuela.

Representação da VENEZUELA (Rodrigo Arcaya Smith). Com muito prazer assumiria essa responsabilidade. O Embaixador Rosselli me chamou e explicou-me sua situação. Com muito prazer colaborarei com os senhores, mas desejo fazer uma advertência: eu sou o que na Venezuela chamam "botarata"; significa que gasta o dinheiro não tem muito sentido o valor do dinheiro. E aproveitando que esse orçamento começa a funcionar em janeiro do próximo ano, em que assumo a Presidência do Comitê, não sei se isso não significará um incremento do orçamento.

PRESIDENTE. Desejaria pedir um voto de aplauso e de confiança no Embaixador Arcaya.

- Aplausos.

PRESIDENTE. Sobre os coordenadores dos grupos, ontem a Mesa teve uma longa reunião e conversou sobre esta questão. Fizemos um exame de cada grupo, de sua permanência, de sua continuidade, e como acabam de dizer-nos, alguns grupos terminam sua função porque concluíram seu objetivo. Outros continuam, não somente porque não cumpriram seus objetivos, por alguma razão, mas porque têm sido realmente um grande êxito até agora e vale a pena mantê-los dentro de nossa Organização de maneira informal, como são estes grupos.

A Mesa apresentou aos senhores a lista dos coordenadores para este ano. Como poderão observar, não é uma notícia de primeira página, porque estamos repetindo, dada a excelente atuação dos coordenadores no ano passado, os mesmos coordenadores, com exceção do caso do Chile, em comércio eletrônico, para o qual propomos seu nome pela primeira vez, já que é um grupo de trabalho novo na ALADI, e permitimo-nos propor o Senhor Embaixador do Chile para esta coordenação, não somente por sua capacidade, mas também porque é o autor, é quem incentivou esta idéia, e creio que vale a pena que este grupo comece a trabalhar sobre um tema tão importante como é o comércio eletrônico.

No caso do grupo de Solução de Controvérsias, a Secretaria-Geral esteve coordenando no ano 99. Em 2000 não houve coordenação e por isso estamos propondo agora, e foi aceito também porque conversamos com ela, a Representação da Venezuela, para coordenar este grupo de trabalho. Submeto a debate esta lista, caso haja, logicamente, alguma observação. Tem a palavra o Senhor Representante do Brasil.

Delegação do BRASIL (José Artur Denot Medeiros). Senhor Presidente, duas observações. Em primeiro lugar, a Delegação do Brasil está disposta, com muito prazer, a continuar coordenando o grupo de trabalho sobre o acompanhamento das atividades de informação e cooperação institucional através de seu coordenador atual, o Representante Alternado do Brasil.

A segunda observação, Presidente, é que estamos de acordo com todas as outras designações, exceto formalmente com a última, isto é, o tema de Solução de Controvérsias, porque, a nosso entender, não existe um grupo de trabalho do Comitê de Representantes de Solução de Controvérsias, porque a solução de compromisso a que se chegou quando o tema foi apresentado, há um ou dois anos, foi que o Comitê não criava um grupo de trabalho formal; mas o Comitê não se oporia, logicamente, a que os países interessados constituíssem entre eles um grupo de trabalho que tratasse o tema de Solução de Controvérsias, porque, como Vossa Excelência lembrará, vários países, inclusive o meu, opõem-se ou não têm nenhum interesse em participar de um possível acordo de Solução de Controvérsias em nível da ALADI. Então, não me oponho a que esse grupo de trabalho de países interessados seja coordenado pela Venezuela ou por outro país que seja membro deste grupo de países interessados em um acordo parcial, mas a que se tome uma decisão formal do Comitê sobre a designação de um coordenador de um grupo de trabalho que não é um grupo de trabalho formal do Comitê. Nada mais. Muito obrigado.

PRESIDENTE. A Mesa pede desculpas porque, talvez, faltou um asterisco nesse grupo de trabalho informal. Tem a palavra o Representante do México.

Representação do MÉXICO (José Luis Solís González). Para esclarecer que em 2000 o México não coordenou o grupo de trabalho sobre acompanhamento do programa de atividades em favor dos PMDERs. No entanto, com muito prazer aceitamos para este ano a coordenação desse grupo de trabalho.

PRESIDENTE. Perdão, aí há um erro. Era o Uruguai quem presidia esse grupo, mas agradecemos sua vontade de aceitar. O senhor foi escolhido pelos países de menor desenvolvimento. Portanto, muito obrigado por sua aceitação, e peço desculpas pela falha da Secretaria.

Representação da ARGENTINA (Carlos Onis Vigil). Obrigado, Presidente. Queria manifestar que com muito prazer continuaremos coordenando o Grupo de Trabalho sobre o Programa de Atividades da Associação. Estamos muito conformes e agradecemos a designação da Mesa.

Por outro lado, desejaria fazer uma consulta sobre os grupos que estão, porque é uma das faculdades do Comitê de Representantes criar grupos auxiliares, como estabelece o Tratado. Quais destes grupos estão criados pelo Comitê e quais são os grupos informais que não têm uma decisão particular sobre o tema. Estou de acordo com todos os grupos, exceto com o tema, como manifestou o Brasil, de Solução de Controvérsias, que não era um grupo criado pelo Comitê, mas um grupo informal de países interessados. Considero que o grupo de comércio eletrônico tampouco está criado oficialmente. Ou seja, estou a favor de que haja um grupo sobre comércio eletrônico, mas me parece que deveríamos criá-lo oficialmente no Comitê como uma decisão, porque determinar um país para que presida um grupo que não existe, é virtual. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Senhor Representante. Tem a palavra o Representante do Paraguai.

Representação do PARAGUAI (José María Casal). Obrigado, Presidente. Concordamos com a posição da Delegação do Brasil, sobre o Grupo de Solução de Controvérsias. Faríamos a seguinte proposta: criarr estes grupos de trabalho e solicitar-lhes um relatório para meados do ano, a fim de conhecer seu impacto, as necessidades reais de continuar mantendo estes grupos e a meados do ano adotar a decisão de continuar com estes grupos ou não, Senhor Presidente, ou fazer uma avaliação dos mesmos. Muito obrigado.

PRESIDENTE. Tem a palavra o Representante da Colômbia.

Representação da COLÔMBIA (Artur Sarabia Better). Vou referir-me ao grupo de trabalho de países interessados no tema da Solução de Controvérsias. Entendo, pelo que acaba de manifestar meu colega José Artur, que a criação formal desse grupo foi um assunto que nesse momento suscitou um amplo debate, que derivou na conclusão que ele acaba de mencionar, ou seja, não criar um grupo formal, mas um grupo de países interessados em trabalhar no tema.

Acredito que este Comitê, frente a temas como estes, não deveria preocupar-se por submetê-los a sua discussão. A Representação da Colômbia deseja comunicar-lhes que modificou a posição que teve há dois anos, no sentido de que agora sim está interessada em que esse tema não somente seja

discutido em um grupo formal, mas que faça parte da agenda medular desta Instituição. Então, da mesma forma como a Colômbia manifestou nesse momento suas ressalvas, e inclusive anunciou que iria somente como observador para este grupo, hoje anuncia seu interesse em que esse tema seja central nas futuras atividades da ALADI. Outros países poderiam fazê-lo. E por isso desejaria solicitar àqueles países que em algum momento tiveram observações que vejam a possibilidade de revisar sua posição, para que esta questão volte a estar onde consideramos que deve estar. Não creio que seja o mais conveniente afirmar simplesmente que esta é uma questão já definida, já debatida, porque se supõe que esta é uma instituição dinâmica. Muito obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Senhor Representante. Tem a palavra o Representante do Chile.

Representação do CHILE (Héctor Casanueva Ojeda). Presidente, estamos, naturalmente, muito dispostos, se assim se determina, a assumir a coordenação de um grupo de trabalho de comércio eletrônico, quando ele existir, porque temos a mesma dúvida de se este grupo realmente existe ou não. De fato, consultamos a Secretaria-Geral sobre o tema, e a informação ou a interpretação é que em uma reunião de Comitê, onde foi apresentado primeiro este tema como um tema relevante, depois se falou de uma reunião na qual, como os senhores lembrarão, foi considerado necessário criar um grupo de trabalho. Nossa preocupação é se isso, efetivamente, foi aprovado ou não pelo Comitê. Minha impressão é que isso ainda não aconteceu. Se fosse necessário, deveríamos ratificá-lo para que conste com toda precisão em atas. A partir desse momento, se os senhores mantêm a idéia proposta pela Mesa no sentido de que este grupo seja coordenado pelo Chile, com muito prazer o assumiremos.

No que se refere ao grupo sobre Solução de Controvérsias, consideramos de nosso interesse que este tema, do qual participamos na reunião de grupo, embora não tivéssemos uma posição muito ativa sobre este tema, após a apresentação da Ministra das Relações Exteriores e do Presidente Ricardo Lagos, seja discutido em nível da ALADI, não significando necessariamente que depois conclua em uma decisão da Associação, caso não haja um consenso a esse respeito. Porém, acreditamos que é um tema que devemos ir considerando, enfim, inclusive subsidiariamente, sem violentar as faculdades de cada país ou os acordos bilaterais ou multilaterais para resolver o tema desta maneira. Mas, trata-se de um tema substantivo que poderia ser muito raro que não estivesse sendo considerado, pelo menos na ALADI. Nesse sentido apoiariamos a idéia da Representação da Colômbia de avançar para a criação deste grupo de maneira formal, ao qual não estamos obrigados a assistir. Entendo que a assistência ou a participação dos grupos de trabalho é voluntária e também como em que forma participamos. De fato, ocorreu conosco no caso deste grupo; fomos ao grupo praticamente como observadores durante o tempo que funcionou e não nos comprometemos com nada. Essa é nossa idéia, Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado, Senhor Representante. Tem a palavra o Representante da Bolívia.

Representação da BOLÍVIA (Willy Vargas Vacafior). Senhor Presidente, tenho a impressão, ou pelo menos uma dúvida racional, de que se necessita uma informação muito precisa sobre se estes grupos de trabalho são órgãos auxiliares formalmente criados pelo Comitê, em exercício da competência

derivada de suas atribuições estabelecidas no Tratado porque, se não for assim, pareceria que estamos dando, até mesmo confiando, o trabalho a órgãos que ainda não existem. É o caso do grupo que logicamente apoiamos, para o qual se solicitaria à Representação do Chile que se encarregasse deste moderno tema do comércio eletrônico. Considero importante sua criação, mas desejaria saber se seria um grupo formal que necessariamente deveria estar integrado pelos doze países. Por outro lado, tenho uma dúvida. O grupo sobre Solução de Controvérsias não é um órgão criado formalmente como manifestava o Brasil. Por conseguinte, não pode existir, salvo que por acordo entre alguns países exista informalmente, e a participação comprometeria somente os países participantes nesse caráter.

Por outro lado, a Comissão de Orçamento era somente um grupo ad hoc, mas agora que lhe confiamos à Representação da Venezuela, é uma comissão formal, é um órgão auxiliar do Comitê. Está no Tratado, e os outros grupos, conseqüentemente, têm o mesmo caráter de órgãos auxiliares do Comitê. Então, pareceria, Senhor Presidente, que pelo menos necessitaríamos uma clara especificação de se nesta oportunidade somente será votada a criação do grupo auxiliar encarregado do comércio eletrônico, com a ressalva de que, certamente, o de Solução de Controvérsias, salvo que haja unanimidade, do qual certamente a Bolívia deseja participar, formal ou informalmente, caso subsista a observação do Brasil, mantém-se um grupo de trabalho informal, do qual sim participaremos. Obrigado, Senhor Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado, Senhor Representante. Somente para informá-los que a Comissão de Orçamento, presidida por mim no ano passado, está formalmente criada pelo Comitê de Representantes. Tem a palavra o Representante do Uruguai.

Representação do URUGUAI (José Roberto Muínelo). Muito obrigado, Presidente. Somente para agradecer a distinção de encarregar-nos do Grupo de Trabalho sobre Regime Geral de Origem, no entendido de que Regime Geral de Origem é o que rege atualmente e não sei se no futuro será denominado desta maneira. Muito obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Senhor Representante. Tem a palavra o Representante de Cuba.

Representação de CUBA (Miguel Martínez). Obrigado, Senhor Presidente, muito amável. A Representação de Cuba aceita o compromisso de continuar coordenando o grupo de Regime Geral de Salvaguardas. Mas, se alguma outra Representação tiver interesse em fazê-lo, estaria disposto a escutá-la com muito prazer.

Com relação à vigência formal ou informal do Grupo de Trabalho de Solução de Controvérsias, escutando argumentos dos colegas Chefes de Representação, vieram imediatamente a minha memória argumentos similares que discutimos nesta Sala quando da criação, precisamente, do Grupo de Trabalho sobre Regime Geral de Salvaguardas. Inclusive argumentaram por parte de algumas Representações Permanentes a inconveniência de determinar qual seria o objetivo do Grupo de Trabalho e acordamos que o grupo se dedicaria ou trabalharia no estudo do tema em busca de eventuais novas alternativas de forma a enriquecer o tema no interior da ALADI, mas em nenhum momento

houve um compromisso formal de que o Grupo de Trabalho de Salvaguardas deveria desembocar em um acordo ou em uma nova resolução sobre o tema de Salvaguardas no seio da ALADI, e considero que é uma situação similar ao tema de solução de controvérsias. Ter um grupo de trabalho não compromete formalmente nenhum de nossos países a aderir ou discutir ou fazer parte de um novo acordo ou de uma nova resolução sobre o tema de Solução de Salvaguardas. Somente tratar o tema, discuti-lo, procurar possíveis novas alternativas e talvez até novas soluções que sejam de consenso ou aceitáveis para todos os membros da ALADI. Nesse sentido, a designação de informal ou não é a que me produzia um pouco de dúvida. Muito obrigado, Senhor Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado, Senhor Representante. A Presidência escutou com toda atenção as diversas manifestações, posições, opiniões, etc. sobre esta matéria e desejaria manifestar-lhes o seguinte, para saber se estão de acordo.

Dos grupos que constam aqui, na lista, os dois primeiros, Acompanhamento do programa e Acompanhamento do programa de atividades em favor dos países de menor desenvolvimento, constam formalmente no programa de trabalho para o ano 2001. Isso é do conhecimento do Embaixador Onis. Os outros grupos estiveram funcionando em uma espécie de sacola. Certamente seus trabalhos internos são muito informais, porque não têm as características do Comitê. Em reuniões de Chefes de Representação se diz muitas coisas e são recolhidas muitas outras, e continuaram funcionando perfeitamente, o SICOEX, as salvaguardas, origem e setor empresarial. Sobre comércio eletrônico, a Presidência entendia, depois de ler as atas de setembro, outubro, que este grupo tinha sido criado porque ninguém se opôs. Quando se falou da importância deste grupo, talvez tenha havido uma interpretação mais otimista do que se pensava. Isso não significa que não se possa criar inclusive hoje, porque todos coincidimos em que é um grupo que pode trabalhar em um aspecto muito importante e, como digo, a participação dos países é livre, participam ou não, comprometem-se com suas conclusões ou não. Isto é, não vamos modificar nenhuma parte do Tratado de Montevideu nem nada pelo estilo.

Então, neste caso do comércio eletrônico, também para que o Embaixador do Chile assuma plenamente sua função, que é bem merecida, este Comitê encomenda a criação deste grupo de trabalho. Como todos os grupos, concluirá em algum momento, uma vez cumprido seu objetivo. Esta é uma proposta da Mesa. Aqueles que se oponham tenham a gentileza de manifestar-se.

Em último lugar, com relação ao tema de solução de controvérsias, minha proposta é salomônica: que continue trabalhando como está, sob a coordenação da Venezuela, de modo informal, participando os países que desejem fazê-lo. Atualmente aderiu um ou dois países aos trabalhos, e considero que poderia continuar perfeitamente como está, como foi recomendado em seu momento, como grupo informal do qual participam os países interessados no tema de Solução de Controvérsias. Há alguma oposição?

Representação do PARAGUAI (José María Casal). Apoiamos sua proposta, Senhor Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado, Senhor Representante. Além disso, considero que é o mais útil para que a Venezuela assuma. Tem a palavra o Representante da Venezuela.

Representação da VENEZUELA (Rodrigo Arcaya Smith). Obrigado. Com muito prazer aceito o desafio, porque o tema de Solução de Controvérsias e todas as discussões a esse respeito nos últimos tempos são um desafio. Aceitamos com muito prazer esse desafio, seja informal, formal, virtual, como desejem denominá-lo. Creio que na ALADI estes temas sempre devem ser discutidos. Não acredito que devamos usar os mecanismos formais para que alguns temas não possam ser tratados. Considero importante este tema, e assim foi manifestado na rodada, e esperei ouvir todos os países, sua importância, e creio que vale a pena que os países interessados façam um esforço para buscarem uma solução. Muito obrigado.

PRESIDENTE. Sim, senhor. Com esse critério criaríamos novamente o grupo de trabalho de comércio eletrônico. O outro grupo continuaria seus trabalhos da maneira que considerarem mais conveniente os países que participarem. Por conseguinte, consideraríamos APROVADA a lista de coordenadores de grupos de trabalho para o ano 2001, apresentada pela Mesa. Tem a palavra o Representante da Argentina.

Representação da ARGENTINA (Carlos Onis Vigil). A proposta de criação do grupo sobre comércio eletrônico vai ser distribuída na próxima reunião do Comitê? Seria uma proposta de decisão, um acordo? Não sei como se chama o esquema formal.

PRESIDENTE. Pensava que se podia criar agora. Faríamos uma proposta de decisão. Não, a Secretaria me diz que é suficiente que conste em atas para criar esse grupo de trabalho. Assim foi feito em oportunidades anteriores. Vamos fazer a consulta final, mas, em princípio, fica criado com essa preocupação... Por favor, solicito ao Secretário-Geral que nos esclareça bem isto.

SECRETÁRIO-GERAL. Pois não, Senhor Presidente. Com minhas desculpas à Representação à Representação da Argentina que o Comitê unicamente adotou resoluções para a criação de alguns órgãos auxiliares, que são órgãos auxiliares permanentes, tipo Comissão de Orçamento, Comissão Assessora de Nomenclatura Tarifária ou Comissão Assessora de Valoração Aduaneira. Nesse espírito de criar órgãos auxiliares, os grupos de trabalho se transformam, na prática, em órgãos de caráter subsidiário. Obviamente, se é decisão do Comitê criar um grupo de trabalho mediante uma resolução, pode fazê-lo, mas a tradição, o costume, tem sido que unicamente são adotadas resoluções ou acordos para a criar determinados órgãos auxiliares quando estes adquirem caráter de certa permanência no tempo.

Geralmente os grupos de trabalho encaminham todas suas ações para cumprir com o objetivo de facilitar o trabalho do Comitê em termos técnicos e apresentar um relatório final ao Comitê para que este adote a decisão correspondente. De qualquer maneira, se é decisão do Comitê criar grupos de trabalho mediante resoluções ou acordos, ele tem plenas faculdades para fazê-lo dessa maneira. Muito obrigado, Senhor Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado, Senhor Secretário-Geral. Tem a palavra o Representante do Brasil.

Delegação do BRASIL (José Artur Denot Medeiros). Presidente, não me oponho à interpretação do Secretário-Geral quanto à criação do grupo sobre comércio eletrônico. Se se pode criar por decisão em ata, estaria de acordo em que se tomasse essa decisão agora e, logicamente, com a designação do Embaixador Casanueva como Coordenador. O que sim creio necessário é que o Comitê aprove os termos de referência deste grupo de trabalho. Mas, para facilitar as coisas, faço uma proposta muito simples: que o grupo de trabalho se reúna e ele mesmo proponha ao Comitê, por consenso, alguns termos de referência para que não se perca no tempo. Muito obrigado.

PRESIDENTE. Sua proposta é excelente, Senhor Representante. Parece-me muito oportuna e se ninguém se opõe, assim o faríamos. Cria-se o grupo, que nos apresentará na próxima sessão do Comitê seu termo de referência para aprovação pelo Comitê. Alguém mais deseja intervir sobre este tema? Ninguém. Então consideramos APROVADA a proposta de coordenadores de grupos de trabalho, com meus agradecimentos a cada um deles por sua colaboração.

5. Assuntos diversos.

PRESIDENTE. Alguém tem algum tema positivo, que não seja conflitivo, para outros assuntos? Tem a palavra o Senhor Secretário-Geral.

SECRETÁRIO-GERAL. Senhor Presidente, é para informar, continuando com o decidido na última sessão do Comitê, que hoje distribuiremos a documentação correspondente para aperfeiçoar a adesão da República de Cuba ao Acordo sobre Barreiras Técnicas ao Comércio.

Sabemos que vários dos Senhores Representantes necessitam poderes especiais para a assinatura, não somente desse acordo, mas de outra série de acordos. Por conseguinte, distribuiremos a documentação correspondente a todos aqueles que já possuem poderes de forma permanente e agradeceríamos muito às Representações que não disponham das plenipotências de forma permanente, que façam os trâmites correspondentes para aperfeiçoar a adesão de Cuba a esse acordo, de forma que este se transforme em um acordo regional. Muito obrigado.

PRESIDENTE. Muito obrigado por sua colaboração. Tem a palavra o Representante da Argentina.

Representação da ARGENTINA (Carlos Onis Vigil). Desejo fazer à Secretaria uma consulta sobre o procedimento. Esse acordo já foi assinado por onze países. Agora, com o procedimento de Cuba, é uma adesão e devem voltar a assinar todos? Na adesão não assina somente quem adere?

SECRETÁRIO-GERAL. Não, todos.

Representação da ARGENTINA (Carlos Onis Vigil). Devem assinar todos novamente. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, senhores. Encerra-se a sessão.